
11 a 13 de setembro de 2019 – Universidade de Brasília UnB

ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO: DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS AO BEM-ESTAR ALIMENTAR

Pedro Santa Rita Siqueira da Silva (pedro.starita@gmail.com) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Lucas Moreira de Souza (souzalm@gmail.com) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Amanda Xavier (amandaxavier86@gmail.com) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Francisco José de Castro Moura Duarte (fjcmduarte@gmail.com) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

O atual contexto socioeconômico mundial é dominado por um modelo de desenvolvimento industrial que induz o aumento de volume e de produtividade. No entanto, esse modelo caminha em direção ao insustentável, visto que se baseia em elevado consumo, gerando consequências socioambientais negativas. A fim de transformar esse contexto, convém repensar o modelo econômico através de uma abordagem baseada no serviço. Essa nova visão do uso dos bens e de suas funcionalidades foca na qualidade e não mais no volume de produção. A Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC) surge como modelo alternativo, tendo como princípios o Desenvolvimento Sustentável, a Lógica Servicial e a Cooperação entre os atores envolvidos em dado território. Assim, através de um levantamento bibliográfico, o objetivo deste artigo é apresentar os princípios base da EFC e, em seguida, dois casos relacionados à produção agrícola familiar com forte potencial de orientação à EFC. Espera-se que o estudo auxilie a discussão e a propagação da EFC pelo Brasil, a fim de consolidar o modelo nos meios acadêmico e empresarial como uma nova trajetória de crescimento sustentável das organizações.

Palavras chave: *Economia da Funcionalidade e da Cooperação; desenvolvimento sustentável; lógica servicial; desenvolvimento territorial, servitização.*

1. INTRODUÇÃO

Com a busca pela produção em escala, atrelada a um sistema baseado no alto consumo de produtos, surgiu um padrão de modelo industrial, enraizado no fordismo. Essa lógica se baseia no volume de bens vendidos, uma vez que o ganho monetário é entrelaçado à relação de consumo, em que empresas precisam produzir e vender enormes quantidades para sobreviver (DU TERTRE & VUIDEL, 2014). As consequências dessa produtividade trazem a necessidade de reflexão sobre seus limites, fazendo emergir pesquisas sobre sustentabilidade e projeto territorial (MAILLEFERT & ROBERT, 2017).

A construção prática e conceitual do desenvolvimento sustentável busca meios de integrar os avanços econômico, social e ambiental. A identificação dessa interligação sistêmica dos três pilares exige mudanças culturais e organizacionais que visem à desconstrução de uma cadeia de valor linear. Exige-se uma nova economia de serviço (servitização) baseada na reformulação do uso dos bens e apoiada em suas funcionalidades (STAHEL, 2005).

A Economia da Funcionalidade e da Cooperação apresenta uma contribuição que desenha novas oportunidades de desenvolvimento industrial. A partir da fundamentação no serviço, defende-se que o valor criado pelas empresas se baseie não mais na venda dos bens em si, mas em sua performance em uso. Ocorre uma reflexão em torno do que é o valor e de como medi-lo, fazendo emergir a centralidade do trabalho e dos recursos imateriais nesse processo (LAURIOL, 2008). Com o presente trabalho, pretende-se apresentar a abordagem da Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC) e ilustrar sua trajetória através do projeto de “bem-estar alimentar” desenvolvido em Audruicq, no norte da França. Além disso, para exemplificar um caso brasileiro com potencial de orientação de desenvolvimento do modelo da EFC, será apresentado o Projeto de Assentamento Jacaré-Curitiba, em Alagoas.

2. REVISÃO TEÓRICA

2.1 A Economia da Funcionalidade e da Cooperação

A Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC) apresenta uma reflexão sobre os desafios da sustentabilidade e cria oportunidade para um desenvolvimento dinâmico baseado em serviços. Representa, na verdade, uma trajetória fundamentada na performance de uso e na servitização. Assim, sua questão estratégica diz respeito à desindexação de volume/valor e à

cooperação entre atores e organizações locais visando à construção de ecossistemas territoriais (HUBAULT *et al.*, 2018).

Defende-se que cinco registros devem formar o valor econômico gerado pelas empresas, constituindo uma “performance servicial”: a qualidade, os ganhos de produtividade, as externalidades, os efeitos de reflexividade e a rentabilidade. O novo modelo econômico, então, visa a reconfigurar essa organização dos registros, tendo consequências também sobre a governança, a avaliação, a produção e o trabalho (HUBAULT, 2015; DU TERTRE, 2013).

Esse novo modelo baseado na performance de uso tem grande capacidade de reduzir os fluxos de materiais e de energia da sociedade. A posse dos bens é mantida pelas empresas e os usuários compram uma funcionalidade gerada pelo uso desses. Desarticulando o valor criado da venda de volumes materiais, é possível aumentar o ganho monetário através da otimização da qualidade do serviço. Isso incentiva uma melhor gestão do ciclo de vida dos produtos e um maior investimento em recursos imateriais, apoiados sobre uma lógica servicial, como descrita a seguir (BOURG & BUCLET, 2005).

2.2 Lógica Servicial

A oferta criada sob um modelo de EFC se baseia na coprodução de uma funcionalidade, um serviço. Assim, surge o que se denomina relação de serviço. O reconhecimento dessa relação se dá através da percepção de que não se trata da venda de um serviço standard (criado sob um modelo industrial padronizado), sim de um engajamento do beneficiário e do produtor em torno de uma dada solução, de uma performance de uso específica. Essa construção coletiva que mobiliza diferentes stakeholders constrói a lógica servicial, fundamentada na qualidade de recursos imateriais, não mais no volume (ADEME *et al.*, 2017).

A lógica servicial se entrelaça à lógica do ciclo de vida dos bens. A conservação de propriedade pelas empresas facilita uma melhor gestão desses recursos materiais, de forma a aumentar sua vida útil, uma vez que os resultados que se apoiam em seu uso geram valor. A reflexão sobre as duas lógicas gera impactos relevantes no modelo de negócio das empresas, o que passa pela mudança nas formas de contratação e de avaliação (ADEME *et al.*, 2017).

Busca-se uma eficiência que se apoie sobre o conceito de valor de uso, baseado na construção de uma solução integrada para um certo problema do beneficiário. Há, assim, uma reconfiguração do processo produtivo que busca eficiência econômica, social ambiental. Essa visão sistêmica em busca da oferta possibilita a otimização de recursos materiais e imateriais,

que integram o processo de avaliação. Assim, as empresas obtêm ganho monetário a partir do valor adicionado às suas soluções, na forma de aumento de externalidades positivas ou diminuição de externalidades negativas (SEMPELS, 2017).

Nesse processo, observa-se o surgimento de uma nova avaliação e de uma nova forma de organização do trabalho, fundamentadas nos investimentos imateriais. Uma vez que o capital imaterial – a competência, a pertinência e a relevância – ganha papel central na criação de valor, necessita-se desenvolvê-lo. Diferentemente dos recursos materiais, que são desgastados no uso, os imateriais têm a possibilidade de aprimoramento no uso, através de condições ideais que dependem da cooperação, como descrita a seguir (DU TERTRE, 2013).

2.3 Cooperação e Trabalho

Na nova forma de criação de valor através da relação de serviço, a cooperação entre os diferentes atores envolvidos no processo torna-se indispensável. A “transação servicial” gera uma nova forma de contratação que exige um trabalho em “tempo real”, durante a interação com o cliente. Isso transforma a composição do tempo de trabalho, com eventos de produção direta, regulação e investimento (aprendizagem) ocorrendo de maneira concomitante (BUCLET, 2014; DU TERTRE, 2013).

Assim, a própria cooperação gera oportunidade de aprendizado em atividade, uma vez que pressupõe o debate, a discussão em busca da apreensão do trabalho do outro. Ocorre a criação de um espaço político que estrutura acordos sobre modos operatórios favoráveis ou desfavoráveis ao coletivo. A cooperação representa o real do trabalho coletivo, contrastando com a coordenação, fundamentada na prescrição (DEJOURS, 2012).

Diante de um modelo apoiado sobre a relação com o cliente e sobre a geração de valor atrelada a uma solução servicial, a cooperação se mostra indispensável, devendo ocorrer entre indivíduos de uma mesma empresa e entre diferentes organizações. Destaca-se aqui a necessidade da construção coletiva de um ecossistema territorial que possibilite uma saída em conjunto do modelo de produção atual, como retratado nos casos descritos (DU TERTRE, 2013).

3. METODOLOGIA

O artigo, de caráter exploratório, foi gerado através da pesquisa bibliográfica sobre a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC) e sobre o caso orientado à EFC do Ecopolo Alimentar (França), alinhada à visita ao Centro Xingó, em Alagoas, através de observação direta não participante. Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico que resultou na aproximação com o laboratório Analyse du Travail et des Mutations dans l'Industrie et les Services (ATEMIS), de onde se obteve grande parte dos artigos e relatórios que fundamentam o presente trabalho. A partir do embasamento teórico, os autores participaram do IV Curso Internacional do Centro Xingó de Convivência com o Semiárido e entraram em contato com a realidade dos moradores da região. Assim, foi possível construir um paralelo entre os conceitos trazidos pela EFC, a questão alimentar no norte da França e os casos de produção agrícola do Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba. A próxima sessão trará uma breve discussão conceitual e, em seguida, haverá a descrição dos casos frente a esses conceitos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Bem-Estar Alimentar no Norte da França: O Caso da Região de Audruicq

O Ecopolo Alimentar surgiu em 2011 na região de Audruicq, uma comuna francesa localizada no Norte da França, a partir da reunião de empreendimentos agrícolas familiares, nascidos de um consórcio de economia social e solidária. Em 2015, foi considerado um Polo Territorial de Cooperação Econômica (PTCE), conforme definido pela lei relativa à Economia Social e Solidária (ESS) de 31 de Julho de 2014:

Um PTCE é constituído pelo agrupamento no mesmo território de empresas de economia social e solidária, que se associam com outras empresas, em conexão com autoridades locais e seus grupos, centros de investigação, estabelecimentos de ensino superior, organizações de formação ou qualquer outra pessoa singular ou coletiva. O objetivo é implementar uma estratégia comum e contínua de mutualização, cooperação ou parceria a serviço de projetos econômicos e sociais inovadores, social ou tecnologicamente, e trazer desenvolvimento local sustentável (HAYS, 2017, p. 4).

O primeiro empreendimento do atual Polo foi o Jardins de Cocagne, dentro do que hoje se chama Les Anges Gardin, que iniciou suas atividades em 1998 baseando-se no New York Gardens Community (exemplo americano). Atualmente, desenvolve atividades de ensino que

visam desenvolver e disseminar novas práticas relacionadas ao bem-estar alimentar, como (HAYS, 2017; HORIZON ALIMENTAIRE, 2019):

- Oficinas de integração nas áreas de horticultura direcionada a um público vulnerável;
- Embalagem e entrega de frutas e legumes orgânicos locais com certificação;
- Oficinas de culinária;

A partir desse empreendimento, realizou-se uma articulação com o Terre d'Opale, que é uma plataforma para a produção e a distribuição de produtos orgânicos, locais e solidários. Dessa forma, foi possível o aumento significativo do número de cestas de produtos agrícolas distribuídas pela organização diretamente aos beneficiários (HAYS, 2017). O Terre d'Opale permitiu que vegetais e frutas fossem distribuídas para a região costeira do Norte da França, de Dunkirk até Boulogne e seu interior (HORIZON ALIMENTAIRE, 2019).

Nessa trajetória, houve um assentamento das ideias que compreendem o Ecopolo Alimentar com a estruturação de um local físico, em Vieille-Eglise, compartilhado entre os atores permitindo o uso mútuo de recursos materiais e imateriais. Além disso, o espaço tem como objetivos propiciar o debate público e a reflexão coletiva para tornar compatíveis as atividades do Ecopolo com uma transição ecológica e social. Foi essa estruturação que tornou possível alcançar o título de Pólo Territorial de Cooperação Econômica (PTCE).

O fundador e diretor do PTCE de Audruicq, Dominique Hays, faz uma reflexão ao indicar uma série de iniciativas que visam a ressignificar a alimentação e a agricultura, contudo também considera a dificuldade da emersão de uma ação sistêmica que assuma as diversas questões associadas ao bem-estar alimentar. Sua origem remonta à criação de uma lógica de circuito-curto, que são cadeias locais, nas quais o último e o primeiro elo estão geograficamente próximos em torno da distribuição de cestas de frutas e vegetais a certo número de beneficiários (HAYS, 2017).

Diante da sintonia com os fundamentos da Economia da Funcionalidade e da Cooperação, houve a aproximação com os pesquisadores do ATEMIS e reforçou-se o significado e o alcance das ações empreendidas até então. Vale ressaltar que o Ecopolo Alimentar não foi concebido a partir do modelo da Economia da Funcionalidade e da Cooperação. Os pesquisadores se envolveram no momento da implantação do PTCE e seu arcabouço teórico contribuiu para a identificação das soluções a serem desenvolvidas (HAYS, 2017).

Com a consideração do bem-estar alimentar, as questões relativas à saúde, à fisiologia, ao gosto, à convivência, à ancoragem territorial e ao emprego são trabalhadas. O valor de uso e o valor

territorial do que é produzido é potencializado ao ligar tais questões à reflexão de como as várias atividades se apoiam e complementam (HAYS, 2017).

Ao tornar as externalidades positivas centrais na ligação com o conceito de alimentação saudável, se pôde trabalhar a criação de novas atividades serviciais acessíveis a pessoas com baixa renda. Também houve avanços no trato com a natureza, desde os recursos hídricos, passando pelo solo até a biodiversidade. Quanto ao ecossistema organizacional, houve um alargamento de sua base, com o envolvimento de empresas clássicas, além das de economia solidária e social, de cidadãos, de laboratórios de pesquisa e de coletividades territoriais.

Essa base cooperativa permite abandonar a cadeia de valor do modelo industrial e se engajar em convenções baseadas nas relações recíprocas e de proximidade. É de suma importância a existência de uma organização reflexiva que caminhe para um ecossistema cooperativo, para além de suas fronteiras (DU TERTRE, 2013).

Dessa forma, a iniciativa se afasta da lógica de volume e procura construir uma “arte de comer” em substituição à venda de alimentos. Para isso, o constante aprimoramento passa pela criação de novas formas de produzir e pela cooperação com os diversos atores locais. Diante de tal experiência, espera-se encontrar exemplo e motivação para novos empreendimentos em prol de um bem-estar alimentar, como propõe-se para o caso do Assentamento Jacaré-Curituba, descrito a seguir.

4.2 O Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba no Sertão De Sergipe

O Projeto de Assentamento Jacaré-Curituba (Sergipe) foi constituído após intensas movimentações políticas, ocupações e marchas realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Tais movimentações se constituíram através das articulações dos “sem-terra” frente ao Governo Federal e suas autarquias responsáveis, como a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), em denúncia das propriedades improdutivas da região e de um projeto governamental de irrigação com recursos da União para uma área destinada a 80 empresários (NOBRE, 2008; RAMOS FILHO, 2013).

Com a concretização do Acordo Jacaré-Curituba, assinado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em 1997, foi possível reverter o projeto de irrigação para os “sem-terra”. Segundo dados do INCRA de 2019, o Projeto de Assentamento (PA) Jacaré-Curituba possui uma população de aproximadamente 800 famílias em uma área de nove mil hectares. Vale ressaltar que, à época do início do PA, as famílias iniciaram os preparativos para produção

mesmo sem garantia da irrigação, a qual só foi iniciada em 2009 e até hoje enfrenta problemas de baixa capacidade e manutenção (RAMOS FILHO, 2013).

Em contraposição à chegada do projeto de irrigação na maioria dos lotes do PA, criando o chamado “perímetro irrigado”, algumas áreas vêm enfrentado problemas com a salinização do solo, a qual provoca o desaparecimento da flora e a desertificação. Em estudo nessas áreas, Santana Santos *et al.* (2016), apontam que dificuldades na drenagem do solo e baixa qualidade do método de irrigação têm provocado a salinização, ainda sem solução.

Os autores também identificaram uma produção diversificada no perímetro irrigado. Quiabo, mandioca, milho, feijão, girassol, goiaba, maracujá, alface, melancia e abóbora seriam os principais plantios. O que caracteriza tais produções, além da irrigação, é o minifúndio e o monocultivo, em destaque para o quiabo, o qual é comercializado em altos volumes e por meio de atravessadores. O caso da produção de quiabo é emblemático no que diz respeito às contradições de volume e preço.

Já a produção de mandioca e o seu beneficiamento têm sido favorecidos pela parceria entre a União das Associações de Cooperação Agrícola do Perímetro Irrigado Jacaré-Curituba (UNITUBA) e a Cooperativa de Produção Agroindustrial e Comercialização do Estado de Sergipe (COOPAC). Sete toneladas semanais de mandioca são produzidas por vinte famílias agricultoras ligadas à UNITUBA, atendendo cinquenta clientes em cinco cidades nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia.

Apesar da produção orientada ao crescimento da escala, já se alcança um nível acima de beneficiamento, pois a UNITUBA processa a mandioca e a vende descascada e embalada à vácuo. É fato que existem outros subprodutos da mandioca, mas existem questões de financiamento para maquinário e domínio da técnica de tais equipamentos e do processo produtivo, além da própria inserção no mercado, restrições que impedem tal avanço.

Com o advento da irrigação para a maioria das famílias produtoras no PA Jacaré-Curituba, que já haviam conquistado a posse da terra, é evidente uma melhora na qualidade de vida (AGUIAR NETTO & MODESTO, 2018). Contudo, tais conquistas por si só não significam uma solução e podem, inclusive, trazer novos problemas, como no caso da salinização. Como foi identificado por Aguiar Netto e Modesto (2018), a assistência técnica é escassa e não atende a maioria das famílias produtoras do Projeto de Assentamento.

A exemplo da produção da mandioca, seu beneficiamento no próprio PA e seu escoamento para os consumidores mostra o potencial dessa região em alcançar maior estruturação de uma cadeia

produtiva de alimentos. Mesmo com contratos de longo prazo para aumento de escala de produção, como no caso do girassol (RAMOS FILHO, 2013), percebem-se os limites do crescimento de volume, devendo-se considerar novas alternativas, como o potencial das famílias produtoras para as policulturas com um forte viés de produção alimentar.

O conjunto de atores engajados no desenvolvimento da região deve perseguir uma orientação voltada não ao aumento da escala, mas a uma matriz agrícola diversificada que respeite o ambiente ecológico da região, com a conquista de consumidores de longo prazo e que tenha a alimentação humana sadia como central. Para isso, novos atores devem se engajar e outros devem se estruturar. A aproximação de serviços de alimentação como restaurantes e lanchonetes é importante para o alargamento da diversidade de produtos ofertados pela região. A exemplo do Ecopolo Alimentar de Audruicq, deve-se ter, nesse contexto, a existência da cooperação horizontal (entre “pares”, trabalhadores), da cooperação vertical (entre subordinados e chefes) e da cooperação transversal (entre beneficiário e empresa) (DU TERTRE, 2013). Essas novas práticas devem ocorrer de forma concomitante para uma melhor difusão dos conhecimentos gerados e o próprio enriquecimento dos trabalhos desenvolvidos, assim como para o fortalecimento da rede territorial de produção, comercialização e consumo.

5. CONCLUSÃO

Diante de um sistema capitalista que necessita, além de novas instituições, de transformação pela insustentabilidade socioambiental, o modelo econômico da Economia da Funcionalidade e da Cooperação representa uma alternativa nessa transição. Através de seus três pontos centrais – o Desenvolvimento Sustentável, a Lógica Servicial e a Cooperação entre os diversos atores envolvidos – a EFC visa mais à produção de bens imateriais do que de bens materiais.

As iniciativas do Ecopolo Alimentar da região de Audruicq se engajaram em uma trajetória de transformação baseada nesse modelo e solidificaram os fundamentos de soluções integradas para o bem-estar alimentar. O Projeto de Assentamento de Jacaré-Curituba e as iniciativas que lá já ocorrem retratam uma teia capaz de alcançar tais níveis de transformação a caminho de uma Economia da Funcionalidade e da Cooperação.

Para esse último caso, a pesquisa de mestrado dos autores pretende mapear o ecossistema do território e propor uma análise baseada em redes sociais e nas técnicas de gestão, comercialização e articulação entre as organizações e os atores-chave. Esse mapeamento será

de importância ímpar para a definição da trajetória das organizações que ali se instalam em direção à EFC e é registrado como a sugestão futura do presente trabalho.

6. AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES e ao INCT-ODISSEIA pelo financiamento das bolsas que mantêm esses pesquisadores, assim como ao Centro Xingó e ao seu Comitê Gestor, que nos receberam em 2018.

7. REFERÊNCIAS

ASIOLI, D., NÆS, T., ØVRUM, A., ALMLI, V. L. Comparison of rating-based and choice-based conjoint analysis models. A case study based on preferences for iced coffee in Norway. **Food Quality and Preference**, v.48, p.174-184., 2016.

BLANK, S. Why the Lean Start-up Changes Everything. **Harvard Business Review**, v. 63, 2013.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J.; BORDOLOI, S. **Service management: Operations, strategy, and information technology**. New York: McGraw-Hill, 2006.

MONTGOMERY, D. C. **Design and analysis of experiments**. John Wiley & Sons, 2008.

ADEME; ATEMIS; VUIDEL, P; PAQUELIN, B. Vers Une Économie de la Fonctionnalité à Haute Valeur Environnementale et Sociale en 2050: Les Dynamiques Servicielle et Territoriale au Cœur du Nouveau Modèle. Synthèse. Agence de l'Environnement et de la Maitrise de l'Energie (ADEME), 2017.

AGUIAR NETTO, A.; MODESTO, F. Perfil da agricultura e do/a agricultor/a no perímetro irrigado Jacaré-Curituba-SE. In: COSTA, P. R. S. M.; AGUIAR NETTO, A. O. (org.). Lugares, Potencialidades e Resistências: Terra e povo no São Francisco. Aracaju, Criação: 2018.

BUCLET, N. L'Economie de Fonctionnalité entre Eco-Conception et Territoire: Une Typologie. Vol. 5. No 11. Développement durable et territoires, 2014.

BOURG, D.; BUCLET, N. L'Economie de la Fonctionnalité: Changer la Consommation dans le Sens du Développement Durable. No. 313. Revue Futuribles, 2005.

HAYS, D. L'Écopôle alimentaire d'Audruicq: Un site pilote de L'Économie de la Fonctionnalité et de la Coopération. Club Économie de la Fonctionnalité et Développement Durable, 2017.

DEJOURS, C. Outra Forma de Civilidade: A Cooperação. In: ____ Trabalho Vivo, tomo II, Trabalho e Emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012. p. 75 – 112.

DU TRETRE, C. Économie Servicielle et Travail: Contribution Théorique au Développement "d'une Économie de la Coopération". Vol. 29. No. 1. Travailler, 2013. p. 29 – 64.

DU TERTRE, C.; VUIDEL, P. Modèles Économiques: Quoi De Neuf? Les Limites du Modèle Industriel. Mise en Débat des Modèles de L'Économie Circulaire et de L'Économie Collaborative. Club EF & DD, Séance du 18 juin 2014.

HORIZON ALIMENTAIRE. Un horizon alimentaire pour chacun. Disponível em: <https://horizontalimentaire.fr/> Acessado em 28 de Abril de 2019.

HUBAULT, F. Le Bien-Être, un Enjeu Très Sensible pour le Management Dans L'Économie du Service. In: KARSENTY, L. (coord). Quel management pour concilier performances et bien-être au travail? Editions Octarès, 2015.

HUBAULT, F; DE GASPARO, S; DU TERTRE, C. Sustainable Development, Arguments for an Immaterial Ergonomics. Volume VIII: Ergonomics and Human Factors in Manufacturing, Agriculture, Building and Constructions, Sustainable Development and Mining. Florence: Proceedings of the International Ergonomics Association (IEA), 2018. p. 702 – 706.

INCRA. Relação de projetos criados e reconhecidos por Superintendência Regional. Disponível em <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>. Acessado em 13 de Maio de 2019.

LAURIOL, J. Développement Durable et Économie de la Fonctionnalité: Une Stratégie Renouvelée pour le Nouveaux Enjeux. In: ATEMIS. L'Économie de la Fonctionnalité, une Voie pour Articuler Dynamique et Développement Durable: Enjeux et Debats. Publication du Club "Économie de la Fonctionnalité et Développement Durable", 2008.

MAILLEFERT, M.; ROBERT, I. Nouveaux Modèles Economiques et Création de Valeur Territoriale Autour de L'Economie Circulaire, de L'Economie de la Fonctionnalité et de L'Ecologie Industrielle. Revue d'Économie Régionale & Urbaine, 2017. p. 905 – 934.

NOBRE, G. F. Dilemas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na relação com o Estado e a sociedade: entre a autonomia e a institucionalização - o caso de Sergipe. Tese de Doutorado. 2008.

PINET, C. L'Économie de la Fonctionnalité: de Quoi Parle-t-on? Agence de L'Environnement et de la Maitrise de L'Energie (ADEME), 2017.

RAMOS FILHO, E. S. A ação do Estado na inserção do agrodiesel em Sergipe: Resistência e Subordinação no Assentamento Jacaré-Curituba. Revista GeoNordeste, Ano XXIV, n.2, 2013.

SANTANA SANTOS, S. J.; DOS SANTOS, A. R. R.; TADEU LUCAS, A. A. Efeitos da Salinização do Solo no uso da Terra do Assentamento de Reforma Agrária Jacaré-Curituba/SE. In: S, J. J., DA SILVA, P. C. *et al.* (org.). Meio Ambiente e sociedade: uma relação in(sustentável). Aracaju: Criação, 2016.

SEMPELS, C. L'Économie de la Fonctionnalité et de la Coopération en bref. Documento auto publicado sob licença criativa Commons, 2017. Disponível em <<http://christophe-sempels.com/EFC-en-bref.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.

STAHEL, W. The Functional Economy: Cultural and Organizational Change. Vol. 1. No. 2. International Journal of Performability Engineering, 2005. p. 121 – 130.